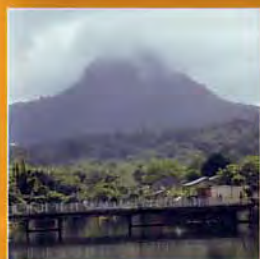


Portugal: São Tomé e Príncipe [2005-2007]



COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Edição

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Design

ATELIER B2:
José Brandão
Teresa Olazabal Cabral

Impressão

Textype

ISBN: 972-99008-9-2

Depósito Legal: 223 089/05

FEVEREIRO 2005

Índice

- I. **A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento** [5]
- II. **Antecedentes da Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe** [8]
- III. **A Situação Política, Económica e Social de São Tomé e Príncipe** [12]
- IV. **A Estratégia São-Tomense de Crescimento e de Redução da Pobreza** [17]
- V. **A Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe para o período 2005-2007** [19]
 - Eixo 1: Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica [21]
 - Eixo 2: Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas [22]
 - Eixo de Acções Complementares [23]
- VI. **Programação Financeira** [25]
- VII. **Programação, Acompanhamento e Avaliação** [25]



I. A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento

Princípios orientadores

A cooperação para o desenvolvimento, vector essencial da política externa portuguesa, funda-se nos princípios constitucionais do respeito pelos Direitos do Homem e da cooperação para o progresso da humanidade, os quais regem as relações internacionais de Portugal.

Num mundo em que cerca de um quarto da população vive abaixo do limiar da pobreza absoluta, o respeito pelos direitos humanos impõe aos países mais ricos a responsabilidade de adoptar uma política activa de luta contra a pobreza. Portugal, país que só há poucos anos atingiu um nível de desenvolvimento que lhe permitiu integrar o grupo dos países doadores, partilha esta responsabilidade e solidariedade internacionais.

Ao adoptar os princípios estabelecidos na Declaração do Milénio das Nações Unidas, princípios reafirmados pela Cimeira de Monterrey, Portugal elege a luta contra a pobreza como seu objectivo e princípio orientador fundamental.

O objectivo central da cooperação portuguesa é, assim, apoiar os países parceiros na redução da pobreza e a alcançar o desenvolvimento sustentável. O sucesso de

tal estratégia depende, em muito, da sua aceitação pelos países aos quais se dirige, tendo em conta as suas opções de desenvolvimento e a coordenação entre as políticas de cooperação dos vários doadores e agências internacionais. É essencial, para isso, que se respeitem os princípios da parceria e da concertação aos diversos níveis: o da definição das políticas, o da sua execução e o da avaliação dos seus resultados.

Assim, a política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento tem em conta as opções de desenvolvimento dos países beneficiários, o princípio da parceria e a necessidade de promoção de uma melhor coordenação internacional de ajuda ao desenvolvimento.



O progresso que se pretende alcançar deve ser duradouro e equitativo. Por isso, a política portuguesa de cooperação rege-se por princípios de sustentabilidade e de equidade, visando garantir as bases de um desenvolvimento duradouro e eliminar todas as formas de discriminação no acesso aos benefícios por ele gerados.

A condição de Países Menos Avançados, na classificação das Nações Unidas, que caracteriza os países parceiros de Portugal, releva as múltiplas carências em todos os seus sectores (social, económico, institucional, etc). O contributo da cooperação portuguesa é o de apoiar a criação de condições para o desenvolvimento sustentável desses países, numa óptica de longo prazo. Assim, a política de cooperação portuguesa deve ter em atenção as especificidades de cada parceiro e as intervenções dos outros actores da cooperação (bi e multilaterais) de forma a promover a coordenação, coerência e complementaridade no esforço conjunto em prol do desenvolvimento.

No respeito pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) reafirmados na Conferência de Monterrey, em Março de 2002, a política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento assume como objectivos específicos os seguintes:

- o reforço da democracia e do Estado de Direito;

- a redução da pobreza, promovendo as condições económicas e sociais das populações mais desfavorecidas, bem como o desenvolvimento das infra-estruturas sociais básicas;
- o estímulo do crescimento económico, fortalecendo a iniciativa privada;
- a promoção do diálogo e da integração regionais;
- a promoção de uma parceria europeia para o desenvolvimento humano.

Áreas prioritárias

A Cooperação Portuguesa tem recursos e capacidades limitadas que tornam necessário definir prioridades de intervenção em cada período, em cada país parceiro e em determinados sectores. A eficácia que se pretende introduzir na política de cooperação exige uma maior concentração em sectores criteriosamente seleccionados, aspecto que assume particular relevância no caso português que, tradicionalmente, conheceu uma política de cooperação de grande dispersão e de multiplicação de pequenas acções, de impacto e visibilidade reduzidas. Nesta perspectiva, a cooperação portuguesa dirige-se hoje prioritariamente às seguintes áreas de intervenção estratégica: (i) áreas sectoriais (educação, saúde, agricultura); (ii) áreas transversais (reforço institucional e estado de direito/justiça, formação profissional).

Relativamente à *Educação e Formação* verifica-se que, para além da mais valia da língua e da afinidade histórica, factores preponderantes na condução de programas educativos e de formação como tem sido internacionalmente reconhecido, a educação é prioritária em termos de criação de condições de acesso ao desenvolvimento social e económico. A formação, nomeadamente a formação profissional, é, por outro lado, indispensável para a promoção do sector privado. Esta intervenção inclui, nomeadamente, a criação/manutenção de infraestruturas, a formação de professores e de formadores, o desenvolvimento de tecnologias e materiais educativos adaptados às situações concretas.

Na área da *Saúde*, a intervenção prioritária tem em conta os objectivos de melhoria das condições sociais, devendo incluir o apoio à estruturação dos serviços de saúde ao nível dos cuidados primários, com particular incidência na assistência materno-infantil, no planeamento familiar, nos cuidados diferenciados bem como na formação de quadros e na luta contra as doenças endémicas e epidémicas. Este último

caso é, aliás, um dos aspectos onde o desenvolvimento da investigação na área da medicina tropical, existente em Portugal, é uma das mais, valias a ter em conta.

No processo de desenvolvimento, é essencial promover a modernização da administração pública e o fortalecimento da sociedade civil, criando condições para a promoção da *Boa Governação* e a *Capacitação das Instituições*, e para a criação de um ambiente de confiança junto dos agentes económicos. Incluem-se neste âmbito tanto acções de consolidação das estruturas de poder político democrático como as de fortalecimento da sociedade civil e de capacitação ao nível de administração.



Quanto à *Agricultura*, é no mundo rural que, nos países em desenvolvimento, se concentra uma parte significativa da população e é aí que se encontram os mais

elevados índices de pobreza. Uma intervenção adequada no sector rural deve visar uma estratégia que tenha em atenção a segurança alimentar e a redução da pobreza, tendo como prioridades a produção de culturas alimentares, a gestão de recursos naturais e o fomento de mercados agrícolas tendo em vista o incentivo à produção de culturas comerciais.

II. **Antecedentes da Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe**

A cooperação entre Portugal e São Tomé e Príncipe tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos, ao nível bilateral, através de Programas Indicativos de Cooperação (PIC) executados com base em Planos Anuais/Acção de Cooperação (PAC), reflectindo as prioridades estabelecidas e acordadas entre ambos os países com vista à prossecução do desenvolvimento sustentado de S. Tomé e Príncipe.

No âmbito de uma intervenção multilateral, Portugal tem participado nos programas da União Europeia, das diferentes agências das Nações Unidas, da

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, em parceria com outros doadores bilaterais, na realização de projectos tripartidos.

Portugal tem sido o principal parceiro bilateral de S. Tomé e Príncipe, reflectindo as estreitas relações económicas e políticas entre os dois países.

A execução dos projectos conta com a colaboração quer dos departamentos sectoriais de ambos os países, quer de entidades da Sociedade Civil.

O Programa Indicativo de Cooperação, referente ao triénio 2002/2004 e que agora se encerra, no valor de 40 milhões de euros, privilegiou quatro sectores de concentração – educação e ensino, saúde, agricultura e formação profissional – e duas linhas de intervenção transversais – redução da pobreza e reforço institucional. O Plano de Acção 2004, apesar de ter como quadro de referência o PIC 2002/2004, foi objecto de alguns ajustamentos em resultado do Plano de Emergência apresentado pelas autoridades são-tomenses.

No âmbito dos programas e projectos desenvolvidos, merecem referência:

- Programa de Apoio ao Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe, que tem por in-



tuito apoiar a “assistência médica” à população são-tomense.

- Programa de Apoio à Docência / Ensino Secundário (PAES), que visa apoiar o sistema de ensino, envolvendo a contratação de professores portugueses que reforcem o corpo docente local, assegurando a leccionação de disciplinas em que há carência de docentes são-tomenses do mesmo nível de ensino.

- Apoio ao funcionamento do IDF (Instituto Diocesano de Formação), instituto que tem como principal objectivo proporcionar um ensino de qualidade e apoiar a docência do 12º ano até que estejam criadas as condições para tal a nível do sistema de ensino público.

- Concessão de Bolsas de Estudo para a frequência de Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos em universidades portuguesas e, ainda, a concessão de bolsas para frequência do ensino básico e secundário em S. Tomé.

- Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (Budo Budo), que tem por intuito ministrar formação profissional, bem como promover a inserção na vida activa através da formação profissional articulada com o emprego, o auto-emprego e o desenvolvimento de micro-empresas.
- Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social, que, agrupando um conjunto de subprojectos, tem por intuito a dignificação das condições sociais das populações mais carenciadas.
- Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas São-Tomenses (PAMEA), iniciado em 1999, com o objectivo de apoiar as Médias Empresas Agrícolas na diversificação de culturas, melhoria de gestão, produção, transformação e comercialização. A gestão do Programa, financiado pelo IPAD e pelo MADRP, passou para o Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas de STP a 31 de Julho de 2003.
- Projecto de produção e distribuição de energia eléctrica da Ilha do Príncipe, que envolveu a instalação de um grupo gerador permitindo a conclusão da electrificação da ilha.

Para além destes, é ainda de destacar o apoio prestado no domínio da saúde, através das evacuações médicas que têm por finalidade o tratamento hospitalar em Portugal de doentes (na ordem de 200 doentes por ano) que não podem ser assistidos em São Tomé e Príncipe, e na assistência fornecida pelo AVIOCAR da Força Área Portuguesa para o transporte de emergência, nomeadamente de doentes e na ligação entre o Príncipe e S. Tomé.

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem-se mantido como principal contribuinte da Ajuda Pública concedida internacionalmente ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, sendo igualmente um dos principais parceiros em IDE. O investimento privado português em S. Tomé e Príncipe tem vindo a assumir particular relevância nos sectores do turismo e da construção, para além das participações relevantes na área das telecomunicações e nos transportes.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento do sector privado em S. Tomé e Príncipe, a Cooperação Portuguesa apoia uma Sociedade de Promoção de Investimentos (SPI), projecto de capitais públicos luso-são-tomenses, visando apoiar iniciativas geradoras de rendimento em diversos sectores produtivos.

No ano de 2003, a APD portuguesa para São Tomé sofreu um decréscimo em 0,9%, em relação ao ano de 2002, o que se poderá, em parte, justificar pela diminuição, em 17,9%, das acções relacionadas com a dívida. Para além deste factor, a instabilidade política vivida naquele país, que perturbou a normal execução do programa de cooperação, foi outra das condicionantes.

Distribuição Sectorial da APD Bilateral Portuguesa-São Tomé e Príncipe

2000-2003

SECTORES	2000	2001	2002	2003	TOTAL	Unid.: euros
Educação	2.222.515 19,4%	2.632.250 16,8%	2.346.345 17,0%	2.805.608 28,5%	10.006.718 15,8%	
Saúde	3.156.277 27,5%	2.984.564 19,1%	3.584.006 26,0%	2.533.755 25,7%	12.258.602 19,4%	
Governo e Sociedade Civil	189.933 1,7%	74.990 0,5%	191.556 1,4%	762.806 7,7%	1.219.285 1,9%	
Outras Infra-Estruturas e Serviços Sociais	2.371.295 20,7%	1.759.250 11,2%	2.669.030 19,3%	1.626.555 16,5%	8.426.130 16,6%	
Negócios e Outros Serviços	42.997 0,4%	2.604.326 16,6%	327.826 2,4%	232.826 2,4%	3.207.317 5,1%	
Outras Infra-Estruturas e Serviços Económicos	453.954 4,0%	353.118 2,3%	839.674 6,1%	814.774 8,3%	2.461.520 4,8%	
Agricultura	317.805 2,8%	209.416 1,3%	183.894 1,3%	63.685 0,6%	774.800 1,2%	
Outros Sectores de Produção	65.762 0,6%	93.668 0,6%	244.852 1,8%	30.833 0,3%	435.115 0,9%	
Acções Relacionadas com a Dívida	2.238.505 19,5%	4.674.215 29,8%	3.031.294 22,0%	406.230 4,1%	10.350.244 16,4%	
Outros	423.494 3,7%	278.572 1,8%	387.441 2,8%	579.707 5,9%	1.669.214 3,3%	
TOTAL BILATERAL	11.482.517	15.664.369	13.805.918	9.856.141	50.808.945	

Fonte: IPAD

Evolução da APD Bilateral por Países Beneficiários 2000/2003

	2000	2001	2002	2003	TOTAL	Unid.: mil euros
São Tomé e Príncipe	11.483 5,9%	15.664 7,7%	13.806 7,0%	9.856 6,1%	50.809 6,7%	
Outros PEOPI*	164.627 84,9%	173.617 84,8%	154.975 78,5%	119.146 73,8%	612.366 80,8%	
Outros Países	17.753 9,2%	15.414 7,5%	28.662 14,5%	32.492 20,1%	94.321 12,5%	
APD BILATERAL, TOTAL	193.863	204.695	197.443	161.494	757.495	

Fonte: IPAD

* Países de Expressão Oficial Portuguesa (PALOP + Timor-Leste)

III. A Situação Política, Económica e Social de São Tomé e Príncipe

Situação Política

Tendo alcançado a independência em 1975, S. Tomé e Príncipe viveu nos anos subsequentes, à semelhança de outras ex-colónias portuguesas em África, um regime político de partido único que durou até finais da década de 80.



Em 1990, torna-se um dos primeiros países africanos a realizar reformas democráticas aprovando uma nova Constituição que permitiu a adopção de um sistema político multipartidário. Diversos processos eleitorais decorreram desde então, marcados por uma alternância política

ao nível do governo central. As próximas eleições no arquipélago terão lugar em 2006.

O período que se seguiu à democratização ficou marcado por uma grande instabilidade política caracterizada por mudanças frequentes no governo. Esta instabilidade e os problemas institucionais consequentes reforçaram as dificuldades económicas do país e a falta de eficácia do aparelho da administração pública. Os governos mais recentes têm procurado realizar reformas na administração pública e dinamizar o desenvolvimento das infra-estruturas básicas, numa estratégia global de combate à pobreza que se tem assumido como principal vértice estratégico das políticas governativas.

Dada a elevada dependência do arquipélago em relação à ajuda externa, e com vista a potenciar a sua actuação externa e as actividades de cooperação desenvolvidas no país, o Governo são-tomense definiu como prioridades da política externa a credibilização da imagem do País no exterior, o reforço das relações político-diplomáticas, a rentabilização e dignificação da presença do País nas organizações internacionais, a melhoria da coordenação e gestão das ajudas externas e o apoio à Comunidade são-tomense no exterior.

Situação Económica

Entre 1987 e 1997, São Tomé e Príncipe viveu uma crise económica e financeira, caracterizada por desequilíbrios macro-económicos, descida de rendimento *per capita*, subida da taxa de inflação e aumento da dívida pública externa. A queda acentuada e progressiva das exportações de cacau, principal receita do país, tornou necessário um reajustamento da economia são-tomense. Nesse sentido, implementou-se no país um Programa de Ajustamento Estrutural que levou a uma subida sustentada da taxa de crescimento do PIB, que no ano de 2003 atingiu os 5%.

Prevê-se que nos próximos anos se possa acentuar significativamente o crescimento económico do país, impulsionado pelos rendimentos do sector petrolífero (que deverão começar a ter um maior impacto sobre a economia em 2007-2008) e apoiado no comportamento das exportações de bens, ainda dominadas pelo cacau, e no sector dos serviços, com a subida das receitas provenientes do turismo.

Têm sido os sectores Primário e Terciário a contribuir mais significativamente para o crescimento do PIB. O sector Terciário é dominante devido, essencialmente, ao peso da administração pública. Contudo, a liberalização da economia impulsionou algum desenvolvimento do comércio e dos transportes. Pelo contrário, tem-se assistido a uma progressiva redução do peso do sector primário, principalmente devido a uma queda na produção de cacau. No entanto, as receitas provenientes da exportação deste produto agrícola continuam a ser um importante contributo para o crescimento do país.

Para além da agricultura e das pescas, o Governo considera o turismo um sector prioritário e um potencial promotor do investimento privado e do desenvolvimento económico. Dentro dos próximos 10 anos, São Tomé e Príncipe espera aumentar o n.º de visitantes para cerca 25.000 visitantes/ano. Na primeira metade de 2003, o país recebeu 4.900 turistas, sendo que 43 % eram oriundos de Portugal e 12% de França.



No entanto, na conferência sobre “O Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe” promovida pelo PNUD, realizada na capital são-tomense em Maio de 2004, onde estiveram presentes autoridades locais, agências internacionais de apoio ao desenvolvimento e alguns operadores de turismo estrangeiros, foi sublinhada a importância da luta contra a malária e do melhoramento das infra-estruturas existentes para o desenvolvimento do sector turístico no arquipélago.

O início da exploração das reservas petrolíferas do país, através do leilão de 9 blocos petrolíferos (processo iniciado em Abril de 2003) e dos acordos de exploração conjunta assinados com a Nigéria, perspectiva um acentuado crescimento económico em São Tomé e Príncipe para os próximos anos. As receitas provenientes deste sector deverão ser canalizadas para o financiamento de projectos de desenvolvimento nas áreas da educação e da saúde, bem como para a melhoria das estruturas de apoio social do país. Neste sentido, foi aprovada recentemente pela Assembleia Legislativa uma Lei sobre o petróleo com o objectivo de assegurar o não comprometimento das receitas futuras desta importante fonte de rendimentos.

A taxa de inflação, que em 1999 atingiu os 16,3%, tem vindo a descer progressivamente situando-se, apesar de um ligeiro crescimento em 2003, na ordem dos 10%. Não obstante esta descida, o efeito dos fluxos financeiros provenientes da exploração petrolífera poderá levar a uma nova subida dos níveis da inflação.



As contas externas registaram uma evolução favorável devida não só às receitas do turismo e a um melhor comportamento do preço internacional do cacau mas também ao crescimento das transferências provenientes da Ajuda Internacional

destinada a projectos de investimento público e à entrada de capitais de médio e longo prazo. Apesar da redução nas receitas totais, provocadas por uma quebra de donativos, as contas do sector público tiveram resultados positivos, registando-se uma melhoria do défice global devido à contenção das despesas.

Recorde-se que, em Dezembro de 2000, S. Tomé e Príncipe tinha atingido o *ponto de decisão* da iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries). No entanto, em 2001, este processo foi suspenso por falta de cumprimento dos compromissos do acordo PRGF (Poverty Reduction and Growth Facility) com o FMI. Em Julho de 2003, iniciou-se a discussão de um novo acordo ao abrigo da PRGF, processo que se encontra ainda em desenvolvimento, esperando-se que o *ponto de conclusão* da iniciativa HIPC seja atingido no início do ano de 2006.

Situação Social

Apesar das recentes taxas de crescimento do PIB, estas não têm sido suficientes para cobrirem a taxa de crescimento da população, levando a que o PIB *per capita* se tenha reduzido na década de 90, situando-se, em 2002, próximo dos 326 dólares americanos. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento de que o país tem beneficiado traduziu-se, entre 1991 e 1998, numa média de cerca de 376 dólares americanos por habitante/ano, mas, apesar disso, os indicadores sociais foram-se degradando durante a década, apontando para a necessidade de melhorar de forma substancial o uso dos recursos disponíveis, o que evidencia o esforço que terá ainda que ser desenvolvido para que se possa assegurar um crescimento que crie as bases para um desenvolvimento sustentável e permita uma redução efectiva dos níveis de pobreza que afecta actualmente 53,8% da população.



Uma das principais prioridades das autoridades governativas de São Tomé e Príncipe tem sido procurar criar condições sustentáveis para uma progressiva e efectiva diminuição do défice infra-estrutural que o país demonstra ao nível dos serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água e fornecimento de energia.

A assistência ao nível dos cuidados de saúde apresenta deficiências que atingem, de uma forma geral, toda a população, mas que têm uma incidência mais acentuada nas camadas mais desfavorecidas e nas zonas mais isoladas.

Os problemas económicos estruturais do país levaram a uma progressiva diminuição das taxas de escolarização e a uma degradação do sistema de ensino que o

Estado são-tomense tem procurado combater com a ajuda dos parceiros internacionais. Será necessário prosseguir-se com a readequação do sistema educativo às necessidades do mercado de trabalho, procurando também contribuir para a diminuição da taxa de desemprego, que tem uma incidência particular nas camadas mais jovens da população.

Os sistemas de saneamento básico, de energia e de abastecimento de água potável às populações são insuficientes (menos de 20% dos habitantes tem acesso a água canalizada). Neste domínio, o Governo de S. Tomé e Príncipe assinou recentemente um acordo para a construção de uma barragem hidroeléctrica no rio Lô Grande, no sul da Ilha de São Tomé, cujo início está previsto para Abril de 2005, estando também previstas obras de reparação e manutenção na barragem do Contador. Com este acordo, cujo investimento ascende a cerca de 50 milhões de euros, o Governo espera resolver os problemas de fornecimento de energia ao País.

Principais Indicadores Sócio-Económicos

	2001	2002	2003
População [milhares]	136,1	138,2	140,2
PIB [milhões de dólares]	47.7	53.6	59.5*
PIB – taxa crescimento real	4.0	4.1	5.0
Decomposição do PIB [%]			
Sector Primário	19.2	18.2	17.0
Sector Secundário	16.6	15.5	14.6
Sector Terciário	64.2	66.5	68.4
Taxa de inflação [%]	9.4	9.0	10.3
Esperança de vida à nascença	69,4	69,7	66,3
Taxa de alfabetização de adultos	n.d.	83,1	n.d.
Taxa de mortalidade infantil dos < de 5 anos [1/1000]	n.d.	118	n.d.
Posição no ranking do IDH	122	123	123

* *estimativa*

Fonte: Banco de Portugal e Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004

IV. **A Estratégia São-Tomense de Crescimento e de Redução da Pobreza**

A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza prevê, até 2015, a redução para cerca de um terço da incidência dos níveis de pobreza (decrecendo de 53,8% para 17,7%), estimando-se que a população que vive no limiar da pobreza passe de 37,8% para 12,8%, enquanto que a faixa populacional em extrema pobreza passe de 15,1% para 4,9%. Para além deste objectivo, pretende-se generalizar os serviços sociais básicos tornando-os acessíveis a toda a população são-tomense, bem como diminuir as diferenças sociais e promover a igualdade entre os géneros.



A implementação desta estratégia incidirá sobre cinco eixos fundamentais, a saber:

- Eixo 1:** *Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de Boa Governação*
- Eixo 2:** *Crescimento acelerado e redistributivo*
- Eixo 3:** *Criação de oportunidades de rendimentos para os pobres*
- Eixo 4:** *Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria do acesso aos serviços sociais básicos*
- Eixo 5:** *Análise, seguimento e avaliação da pobreza*

O **Eixo 1** – *Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de Boa Governação* – contempla acções no sector da Justiça, com particular ênfase no reforço da organização e funcionamento do sistema judicial, bem como a modernização da Administração Pública e a criação de condições favoráveis a uma crescente intervenção da Sociedade Civil.

A dinamização do sector privado é um dos propósitos incluídos no **Eixo 2** – *Crescimento acelerado e redistributivo* – pretendendo-se que o Estado crie um ambiente favorável ao incremento da influência deste sector na economia do país. No sector

agrícola, pretende-se apostar na diversificação da produção e das exportações, designadamente nas pequenas e médias empresas e nas explorações de índole familiar. No sector energético, a satisfação das necessidades básicas da população e a diversificação das fontes de energia aparecem como acções prioritárias. No que respeita aos Transportes, releva-se a necessidade de reabilitação da rede viária, bem como o reforço da rede marítima e o desenvolvimento dos transportes aéreos. A melhoria da rede de distribuição e da qualidade da água e o desenvolvimento das infra-estruturas de saneamento, fundamentais quando se trata de promover a saúde pública, constituem outras prioridades.

No **Eixo 3** – *Criação de oportunidades de rendimentos para os pobres* – estão definidos seis objectivos:

- aumento e diversificação das produções;
- garantia de segurança alimentar;
- melhoria das condições socio-económicas da população;
- conservação do património natural;
- promoção das mulheres e dos jovens
- promoção das exportações

A Educação, a Saúde e o Saneamento Básico constituem os sectores essenciais do **Eixo 4** – *Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria do acesso aos serviços sociais básicos*. Relativamente à Educação, pretende-se, para além da erradicação do analfabetismo, uma efectiva generalização e melhoria da qualidade do sistema educativo. Por outro lado, assume-se a necessidade de uma articulação entre educação, alfabetização e formação, fundamental para a integração dos indivíduos no mercado de trabalho.

Na Saúde, tendo em vista o aumento da esperança de vida, é priorizado:

- o combate às doenças que mais contribuem para a taxa de mortalidade (HIV/SIDA e malária);
- a melhoria do acesso aos cuidados de saúde e equidade na sua prestação;
- a implementação de campanhas de sensibilização dirigidas a grupos alvo.

No **Eixo 5** – *Análise, seguimento e avaliação da pobreza* – pretende-se promover um quadro de Seguimento, Avaliação e Actualização periódica da Estratégia

Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), designadamente com a criação de uma Unidade de Coordenação.

V. **A Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe para o período 2005-2007**

A estratégia da cooperação entre Portugal e São Tomé e Príncipe enquadra-se na estratégia da cooperação portuguesa de médio prazo e nas opções definidas pelas autoridades são-tomenses, consubstanciadas, designadamente, nas orientações e objectivos da ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

A execução desta estratégia de cooperação assentará em quatro princípios basilares que orientarão tanto a escolha das acções como o seu acompanhamento e a monitorização por parte das autoridades de ambos os países:

- **Concentração**, procurando canalizar a maior parte dos recursos financeiros que Portugal porá à disposição desta estratégia para um número reduzido de sectores e/ou intervenções;
- **Eficácia**, escolhendo as modalidades de intervenção e de apoio que possibilitem obter melhores resultados e impactos nas condições de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;
- **Parceria**, envolvendo e partilhando no esforço de desenvolvimento não apenas as instituições públicas de ambos os países, mas também as entidades privadas, sejam elas de natureza empresarial ou de natureza associativa, particularmente as organizações não governamentais.
- **Coordenação**, assumindo as instituições de Portugal e de São Tomé e Príncipe responsáveis pela cooperação internacional a integralidade das suas responsabilidades na condução e na coordenação das actividades desenvolvidas no âmbito deste Programa.

Apresentação dos Eixos Prioritários de Intervenção para o PIC

Portugal define a estratégia de intervenção da sua Cooperação através da articulação das suas competências e das mais valias existentes com as prioridades definidas por São Tomé e Príncipe, no sentido de contribuir para a redução

da pobreza e para o seu crescimento e desenvolvimento económico e social e na certeza de que o desenvolvimento é, primeiro que tudo, um processo cuja responsabilidade pertence ao país beneficiário da ajuda dos parceiros internacionais.



Para além dos laços históricos profundos que unem ambos os países, a mais valia fundamental que Portugal apresenta como parceiro de São Tomé e Príncipe, relativamente a outros doadores, situa-se ao nível duma matriz cultural, jurídica e institucional comum e de competências técnicas específicas em áreas fundamentais para o desenvolvimento deste país, particularmente no campo da formação dos recursos humanos e da capacitação institucional nas diversas áreas essenciais no combate à pobreza, como a educação e a saúde, entre outros, bem como nas áreas de boa governação. A língua comum é um elemento facilitador fundamental que possibilita um mais fácil enquadramento da intervenção da Cooperação Portuguesa.

Neste contexto, **a Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe deve privilegiar, como modalidade transversal da sua intervenção nas diversas áreas sectoriais, a capacitação institucional e a formação dos recursos humanos locais como vector nuclear do apoio ao desenvolvimento do país.**

Por outro lado, dada a carência de São Tomé e Príncipe na prestação de serviços e de algumas infra-estruturas sociais básicas, a Cooperação Portuguesa reconhece a necessidade de apoiar o reforço de algumas dessas infra-estruturas e serviços, designadamente daquelas com maior impacto directo nas condições de vida das populações, particularmente das mais vulneráveis.

Assim, em São Tomé e Príncipe, a concentração da Ajuda Pública Portuguesa ao Desenvolvimento para o triénio 2005-2007, identificada de acordo com os critérios atrás referenciados, será assente nos seguintes eixos prioritários:

- Valorização dos Recursos Humanos e Capacitação Técnica
- Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas

O Programa contempla, ainda, um eixo de acções complementares, dada a necessidade de enquadrar projectos e apoios que, não se inserindo nos eixos prioritários referidos, podem, no entanto, ter importância e impacto nos esforços de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e funcionar como intervenções complementares às prioritárias.

Eixo 1: Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica

A redução da pobreza e a criação de condições básicas propícias quer ao desenvolvimento humano quer ao crescimento económico têm como premissa, entre outras, a existência de um capital humano adequado às exigências impostas por aqueles processos.

A existência de recursos humanos qualificados é condição fundamental tanto para o desenvolvimento do sector privado, permitindo ganhos de produtividade e de competitividade necessários ao crescimento da economia são-tomense, como para a reforma da Administração Pública de São Tomé e Príncipe na prossecução de objectivos de boa governação.

Este primeiro eixo prioritário pretende responder a esse desafio, assumindo como objectivo geral contribuir para a formação e a qualificação dos recursos humanos



em São Tomé e Príncipe, apoiando intervenções a diversos níveis: na educação, na formação profissional e técnica e na capacitação das instituições da administração. Tendo como objectivo fornecer as competências e as capacidades para enfrentar os desafios de desenvolvimento que o país enfrenta, esta formação deverá atribuir particular atenção, em qualquer daqueles níveis, à capacitação na área das novas tecnologias de informação e de comunicação, bem como à educação ambiental. O eixo é, assim, estruturado em três medidas referentes a cada um dos níveis referidos acima.

Medida 1 > Educação

- Nesta Medida incluir-se-ão projectos com incidência na melhoria do sistema de ensino, designadamente aqueles que visem apoiar a adequação dos recursos do Ensino Básico e Secundário às exigências do desenvolvimento, o reforço do ensino da língua portuguesa, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional, bem como a formação superior de estudantes são-tomenses.

Medida 2 > Formação Profissional e Qualificação de Quadros

- Nesta medida serão incluídos projectos que visem, por um lado, adequar a formação de mão-de-obra às necessidades de desenvolvimento social, de crescimento económico e de competitividade de São Tomé e Príncipe e, por outro, a formação dos quadros da administração pública em áreas sensíveis para o desenvolvimento sócio-económico, a boa governação e a consolidação da democracia, entre as quais serão de referir a saúde, a justiça, a administração pública e a comunicação social.

Medida 3 > Capacitação Institucional e Assistências Técnicas

- Nesta medida serão incluídos projectos que visem o fortalecimento técnico das instituições da administração pública, bem como acções de assistência técnica a diversos sectores e instituições públicas são-tomenses concedidas por instituições congéneres portuguesas, incluindo as acções no âmbito da cooperação técnico-militar.

Eixo 2:

Apoio ao Reforço dos Serviços de Infra-estruturas Básicas

S. Tomé e Príncipe apresenta significativas deficiências ao nível das infra-estruturas básicas e particularmente na qualidade dos serviços prestados, o que se reflecte de forma negativa na qualidade de vida da população.

A consecução dos grandes objectivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de São Tomé e Príncipe passam necessariamente pelo reforço dos serviços prestados pelas infra-estruturas de base.

Por outro lado, esta carência na prestação de serviços à população torna mais acentuada a necessidade de uma rede de protecção social mais alargada.

Deste modo, este segundo eixo prioritário tem como objectivo apoiar os serviços à população, designadamente nos domínios da saúde, protecção social e desenvolvimento sociocomunitário.

Medida 1 > Reforço da prestação de cuidados da Saúde

- Nesta medida incluir-se-á o apoio à melhoria do funcionamento de serviços especializados do Centro Hospitalar de S. Tomé, bem como da rede de centros de prestação de cuidados de saúde primários, permitindo a redução progressiva da pressão sobre o Centro Hospitalar. Quanto às evacuações médicas, estas continuarão a ser apoiadas enquanto medida excepcional e dentro do quadro de cumprimento estrito da quota estabelecida. Nesta medida serão ainda incluídos os projectos inseridos no Plano Estratégico Nacional para Fazer Regredir o Paludismo em São Tomé e Príncipe.

Os projectos inseridos nesta medida articulam-se estreitamente com os de formação de recursos humanos do eixo 1.

Medida 2 > Rede de Protecção Social

- Nesta medida devem ser considerados os projectos que tenham por objectivo reforçar a rede de protecção social e de apoio às populações mais carenciadas.

Medida 3 > Reforço de outros serviços básicos

- Nesta medida devem ser considerados os projectos que tenham por objectivo reforçar a prestação de outros serviços básicos essenciais ao desenvolvimento e à redução da situação de pobreza.

Eixo de Acções Complementares

Apesar da adopção do princípio de concentração, a Cooperação Portuguesa deverá continuar a apoiar projectos que, apesar de não se inserirem nos eixos prioritários, têm, no entanto, importância e impacto nos esforços de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.



Para além destas, trata-se de intervenções e apoios, em alguns casos, de continuidade de acções anteriores ou, em outros, de novas acções que importa assegurar em complementaridade aos eixos prioritários.

Este eixo poderá, ainda, contemplar uma linha de apoio a pequenos projectos de dimensão financeira reduzida e em número limitado. A regulamentação destes apoios deverá ser acordada pelas entidades responsáveis pela coordenação da cooperação de ambos os países.

VI. Programação Financeira

A Ajuda Pública Portuguesa ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período de 2005 a 2007 ascenderá, indicativamente, a 41 milhões de euros repartidos pelos três anos do programa da forma que se apresenta no quadro abaixo.

A repartição das dotações por Eixos visa assegurar o cumprimento das prioridades atribuídas no Programa, sendo aceitável, no entanto, que venham a ocorrer reafectações nesta repartição, mas apenas entre os Eixos Prioritários.

	2005	2006	2007	TOTAL %
Eixo Prioritário 1 – Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica	3,2	4,5	4,7	12,3 30%
Eixo Prioritário 2 – Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas	5,3	7,5	7,8	20,5 50%
Eixo de Acções Complementares	2,1	3,0	3,1	8,2 20%
TOTAL	10,5	15,0	15,5	41,0

VII. Programação, Acompanhamento e Avaliação

O PIC Portugal – São Tomé e Príncipe 2005-2007 será materializado em Planos Anuais de Cooperação (PAC) onde serão identificados o conjunto de projectos a desenvolver no quadro das prioridades estabelecidas e o respectivo plano de financiamento.

No âmbito do referido Plano Anual, serão adoptados procedimentos que permitam melhorar e reforçar o acompanhamento e a avaliação dos projectos de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento que vierem a ser acordados, com o objectivo de aumentar a eficiência, eficácia e a sustentabilidade das intervenções.

Neste contexto, será dada uma particular importância à concepção e elaboração dos projectos, seguindo a metodologia do Ciclo do Projecto, o que permitirá a adopção de metodologias e procedimentos na implementação e monitorização dos mesmos baseada em mecanismos e indicadores dentro de um quadro lógico de intervenção.

O acompanhamento dos projectos executados no âmbito deste Programa Indicativo será realizado por uma Comissão de Acompanhamento composta por representantes das estruturas coordenadoras da cooperação de ambos os países. Esta Comissão deverá reunir com uma periodicidade trimestral para elaboração de um relatório sobre o nível global de execução das acções, o andamento de cada intervenção, identificando os problemas e obstáculos à sua boa execução e acordando as soluções que parecerem mais adequadas.

O acompanhamento global do Programa Indicativo será feito através da realização de encontros bilaterais anuais para analisar o seu nível de concretização, procurar ultrapassar eventuais constrangimentos e acordar os ajustamentos que se revelarem necessários.

Assumindo-se os PIC como um instrumento central na gestão da cooperação, a sua avaliação adquire uma importância acrescida, a qual assentará em quatro princípios fundamentais – independência, imparcialidade, credibilidade e utilidade – e seguirá critérios básicos de relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade.



A avaliação final deverá realizar-se após a execução do Programa. Caso tal se justifique, poderá ser feita uma avaliação de meio percurso, incidindo preferencialmente nos projectos mais relevantes e que envolvam meios financeiros avultados.

Esta avaliação deverá contemplar os resultados do Programa e dos seus projectos, bem como a sua contribuição para a realização dos objectivos, devendo o relatório formular recomendações quer relativamente à intervenção quer relativamente a próximos Programas e a projectos análogos a executar no futuro.

Pela República de São Tomé e Príncipe

Dr. Ovídio Manuel Barbosa Pequeno

*Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Comunidades*

Pela República Portuguesa

Embaixador António Monteiro

*Ministro dos Negócios Estrangeiros
e das Comunidades Portuguesas*

*Feito em Lisboa, aos 22 de Dezembro de 2004, em dois exemplares
em língua portuguesa, fazendo ambos igualmente fé.*

